CONDEMAS

CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL SUSTENTÁVEL

26ª Reunião Ordinária - 21/07/2021

Aos Vinte e Um de Julho de 2021, às 10h04, via videoconferência e transmissão através das mídias sociais, realizou-se a **26ª Reunião Ordinária do Conselho de Defesa do Meio Ambiente Municipal Sustentável – CONDEMAS. Conferido o quorum,** foram abertos os trabalhos, em consonância com o disposto no Decreto nº 3671, de 25 de novembro de 2014, sendo presidida pelo engenheiro agrônomo Leonardo Sartori Menegatto, membro do corpo técnico do Setor de Licenciamento Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento, representando a Secretária Veruska Carvalho. Foram mencionadas as Atas enviadas por e-mail da 25ª Reunião Ordinária e da 7ª Reunião Extraordinária e, não manifestadas objeções, as mesmas foram aprovadas. Foram apresentadas as justificativas de ausência, as quais foram aceitas pelos conselheiros. Iniciando a reunião, foram apresentados pelo engenheiro Leonardo Menegatto os processos da **Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental**, da qual o mencionado é membro suplente, incluindo OS nº 79.518/2020, relativa à supressão de fragmento de vegetação nativa pela empresa NKVA Empreendimentos Imobiliários Ltda.; OS 58.496/2021, relativa à manifestação ambiental da empresa Reilly Tattoo Ind. Com. Imp. e Exp. Eireli EPP., cuja competência de licenciamento é da CETESB; e OS 101.027/2020, relativa à manifestação ambiental da implementação de um empreendimento - Condomínio Vertical e Horizontal - da empresa Alpha 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. Em relação ao último fato, houve manifestação do conselheiro Carlos Falk sobre a área do empreendimento, mencionando lembrar-se de extensão diversa, mas o mesmo foi informado pelo engenheiro Leonardo Menegatto que se tratava da área circunscrita em imagem de geoprocessamento apresentada. A questão foi confirmada pelo conselheiro Cláudio Reinert e o engenheiro Leonardo Menegatto sugeriu a possibilidade de redimensionamento em relação a projetos passados, o que poderia ser esclarecido pela Secretária Veruska. Houve apresentação inédita dos processos de licenciamento ambiental de baixa complexidade com autorização emitida - prática que se fará presente nas próximas reuniões - perfazendo 111 protocolos, incluindo supressão, transplantio, poda drástica e poda de manutenção envolvendo rede de alta tensão para árvores isoladas e intervenções em Área de Proteção Permanente sem supressão de vegetação. O conselheiro Luiz Moreira questionou questões técnicas relativas a poda drástica, poda de árvore em alta tensão e remoção de gema apical (porção do caule), o que foi esclarecido pelo engenheiro Leonardo Menegatto. Apesar de não entrarem mais nos méritos dos processos de licenciamento da reunião, os conselheiros Carlos Falk e Nuria Vilodres questionaram sobre (1) a possibilidade de

CONDEMAS

receberem os processos com antecedência, cuja deliberação ficou pendente e é de competência da Secretária Municipal; (2) haver uma apresentação do empreendimento, sendo sugestão de pauta para ser realizada pelo próprio empreendedor na próxima reunião; e (3) o funcionamento da comissão relativa à lei municipal de licenciamento ambiental. Em consonância com o tema, a conselheira Nuria Vilodres comentou sobre o fato de não conhecer parte dos empreendimentos e citou intervenções ocorrentes no manancial Santo André, incluindo supressão de vegetação em nascentes, levantando a possibilidade do CONDEMAS se tornar um conselho gestor de tal unidade de conservação, sobretudo pela importância ambiental e arqueológica do morro do Voturuna, o que foi concordado pelo conselheiro Carlos Falk. O mesmo argumentou que tal tema poderia ser discutido de forma minuciosa em uma Câmara Técnica presencial, já adiantando a necessidade de retornar às reuniões do respectivo Conselho *in loco*, o que foi explicado pelo engenheiro Leonardo Menegatto como condicionado à legislação municipal e ao regimento interno, mais especificamente por deliberação da presidente Secretária Veruska Carvalho e por deliberação colegiada do CONDEMAS. Finalmente, o conselheiro Elifas Alves, membro da Tegra e, portanto, da gestão colaborativa da Reserva Biológica Tamboré, alegou a presença de cilindros de armazenamento de gás nas proximidades da área protegida, o que se deveria à instalação de crematório no município - fato amplamente discutido em outras reuniões, alvo de equívoco de processo de licenciamento ambiental para um velório. O engenheiro Leonardo Menegatto respondeu não haver retorno formal da questão por parte da CETESB, mas que a Secretária Veruska poderia dar maiores esclarecimentos sobre o fato. Dando continuidade, a bióloga Michele Yamashita, técnica desta Secretaria Municipal, informou sobre a futura ocorrência de supressão de eucaliptos - espécie exótica de potencial invasor - em local de borda da Reserva Biológica Tamboré pelo fato de as árvores apresentarem conflito com uma aduela utilizada como passagem de fauna, subterrânea à Av. Honório Álvares Penteado. Houve três manifestações de conselheiros: (1) Carlos Falk questionou sobre a execução do procedimento, sendo esclarecido pela bióloga que ocorreria a cargo da Prefeitura Municipal e que se restringiria somente à supressão dos exemplares, sendo o eventual reparo da aduela ocorrente em outro momento; (2) Luiz Moreira questionou sobre a compensação ambiental ser com espécies nativas, o que foi respondido pelo engenheiro Leonardo Menegatto como afirmativo para qualquer compensação ocorrente no município, sendo considerada nativa a árvore circunscrita ao bioma local - Mata Atlântica; e (3) Núria Vilodres pediu esclarecimentos sobre a gestão da reserva, sendo respondida pela bióloga Michele Yamashita. A partir de tal questionamento, o conselheiro Elifas Alves esclareceu sobre o papel colaborativo da Tegra até 2026 - firmado desde o início da Reserva por Termo de Adequação Ambiental (TAC) com o Município - sendo complementado pela bióloga

CONDEMAS

sobre o papel consultivo do CONDEMAS. Houve manifestação adicional da Tegra sobre uma possível sugestão de pauta, em que se apresentaria as ações da pessoa jurídica quanto à gestão colaborativa da Reserva. A Conselheira Nuria Vilodres retomou o raciocínio relativo ao manancial Santo André, entrando no mérito de ser uma unidade tombada pelo Condephaat - órgão estadual relativo à preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e turístico - e não ser uma unidade de conservação formal em âmbito federal, com ocorrência de atividades irregulares, apesar de lei municipal. A bióloga Michele Yamashita questionou o *status* de unidade de conservação de uso sustentável do manancial e a geógrafa Eliane de Oliveira, técnica desta Secretaria Municipal, afirmou tratar-se de uma Área de Proteção Ambiental (APA) municipal e que estavam ocorrendo infrações ambientais no local, inclusive alvo de representação do Ministério Público, sob resposta da referida Secretaria Municipal. Ainda, questões sensíveis a outras temáticas, como asfaltamento e parcelamento irregular do solo, eram objeto de análise da Secretaria Municipal de Obras, o que foi corroborado por testemunho do engenheiro Leonardo Menegatto, alegante de vistoria pretérita no local. Como última pauta discutida, a bióloga Michele Yamashita realizou um informe sobre *folders* de educação ambiental quanto à mastofauna silvestre sintrópica no município, apresentando tal material e discutindo sua diferença em relação às cartilhas de fauna ameaçada de extinção; havendo casos de sobreposição de material. O conselheiro Luiz Moreira elogiou a iniciativa e os conselheiros Carlos Falk e Nuria Vilodres solicitaram reenvio do material. Finalmente, o presidente em exercício, Leonardo Menegatto, informou sobre a impossibilidade da Secretária Veruska Carvalho de participar da reunião por demanda interna, sugerindo que as pautas remanescentes - instalação de comissão para a concessão do Selo de Desenvolvimento Sustentável e chamamento para a Conferência Municipal de Meio Ambiente - fossem objeto de análise em uma próxima reunião, o que foi acatado pelo pleno do Conselho. Houve uma última manifestação do conselheiro Carlos Falk sobre a ausência de impermeabilização do local de recebimento de material da cooperativa Avemare, o que foi esclarecido pelo presidente em exercício como assunto para próxima pauta, embora adiantada a pertinência da questão e informada o *status* do convênio da referida cooperativa com o Município. Não havendo mais questões, a reunião foi encerrada às 11:32, sendo a presente ata assinada por mim, presidente em exercício, engenheiro agrônomo Leonardo Sartori Menegatto.

CONDEMAS

Participaram da reunião:

Andrea Pereira Rissardo - Convidada
Ana Beatriz Bottrel Baptista - Associação Residencial Alphaville 09 B
Anna Érica de Camargo Prado Gasparin - SMH
Boaz dos Santos Silva - SMSU
Carlos Henrique Falk - Instituto Unicient
CCBM - Empreendedoras do Alpha 1 - Conta institucional de pessoa jurídica
Claudio Reinert - Convidado
Eliane Aparecida Estevam de Oliveira - SMMAP
Elifas Morais Alves - Convidado
Fábio Bueno de Lima - SMMAP
Fátima Muro - SMOU
Gecicleide do Carmo Araújo - Câmara Municipal de Santana de Parnaíba
Geraldo Luis de Lorena Pires - Sociedade Alphaville Residencial 04
José Augusto das Graças - SMMAP
Laryssa Burgos - Convidada
Leonardo Lopes de Oliveira - SMCT
Leonardo Sartori Menegatto - SMMAP
Luiz de Barros Moreira - SABESP
Marcelo Mariano Silva - SMNJ
Marta Ribeiro Amaral - SMSU
Michele Emy Yamashita - SMMAP
Miriam Aparecida dos Santos Oliveira - SMH
Natália Macedo Florêncio - SMMAP
Nuria Vilodres - Instituto Sufrutos Verdeus
Stephanie Cristina Bonome - SMMAP

Leonardo Sartori Menegatto
Presidente em exercício do Condemas